

## ATIVIDADE 6

### Texto 1

# Presos, torturados, absolvidos e não anistiados

## A história de um grupo de oficiais da PM de São Paulo que conheceram a «perereca»

As polícias militares — com suas tropas e oficiais — desempenharam um importante papel na repressão desencadeada após o golpe militar de 1964. Integradas ao aparelho repressivo comandado pelo Exército, as PMs foram de grande valia tanto na atuação de suas tropas de choque contra os movimentos de massa, como no trabalho de prender e torturar. Em muitos Estados, substituíram com eficiência o próprio Exército na atividade repressiva, evitando inclusive que a imagem do Exército sofresse ainda mais caso ele atuasse de modo mais ostensivo.

Essa dura repressão chegou a atingir, em alguns Estados, grupos de soldados e oficiais da própria PM que, de uma forma ou de outra, questionavam os métodos empregados pela repressão. O caso mais conhecido ocorreu em meados de 1975, em São Paulo, quando cerca de 100 integrantes da Polícia Militar foram presos e conduzidos ao DOI-CODI do II Exército, sob a acusação de pertencerem ao PCB. No último dia 21, um grupo de oficiais e soldados envolvidos no caso manteve um contato com o senador Teotônio Vilela (MDB-AL), presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional que estuda o projeto de anistia do governo. No encontro, realizado no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-SP), cerca de 30 oficiais, suboficiais e soldados expulsos da PM de São Paulo reivindicaram junto ao senador sua inclusão no projeto da anistia e relataram, mais uma vez, as torturas que sofreram, bem como os processos e as demissões que os atingiram.

Eles criticaram duramente o projeto de anistia elaborado pelo governo, e que está tramitando atualmente no Congresso Nacional, por excluí-los da anistia, apesar de eles terem sido absolvidos pela Justiça Militar. Segundo um documento encaminhado ao cardeal D. Paulo Evaristo Arns e também ao senador emedebista, os integrantes da PM, apesar de absolvidos no processo movido contra eles, estão excluídos da anistia do governo porque o projeto, em seu artigo 1º, fala que os beneficiados serão aqueles que «cometeram crimes políticos ou conexos com estes», «os que tiveram seus direitos políticos suspensos» e «os militares, punidos com fundamento em atos institucionais e complementares». Ora, alegam, eles não estão incluídos em nenhum desses casos: não cometeram crimes políticos ou conexos com estes (pois inclusive foram absolvidos), nem tiveram seus direitos políticos suspensos ou foram punidos com fundamento em atos institucionais ou complementares mas «tiveram enquadramento forçado dentro da legislação ordinária da PM», que não está prevista no projeto da anistia. Lembram, inclusive, que sua expulsão da corporação se deu através de decisões de conselhos formais previstos na legislação interna da corporação, antes que o processo fosse julgado pela

justiça, expulsões que não foram revistas após terem sido absolvidos pelo Superior Tribunal Militar (STM).

### A Operação - Sequestro

Os antigos integrantes da PM paulista relataram também as circunstâncias em que, no ano de 75, ocorreram mais de 100 prisões de oficiais militares, demitidos sumariamente, seqüestrados e levados ao DOI-CODI de São Paulo onde foram torturados. Dois deles faleceram, vítimas de violentas sessões de tortura.

Os seqüestros ocorriam logo após terem saído de casa para o trabalho ou na própria guarânia em que trabalhavam. Um oficial de aproximadamente 40 anos relatou assim a sua prisão: «Eu saí de casa e fui para o trabalho. Quando cheguei lá, o meu superior me pediu a arma e disse que eu estava demitido. Ficaram com minha farda e depois me colocaram num carro de chapa «fria» com gente a paisana dentro. Rodaram pela cidade horas e horas. Depois me levaram para o DOI-CODI onde me torturaram de todo jeito.

Até as esposas desses militares foram presas e torturadas. Uma delas, que participou do encontro com o senador Teotônio

vilela, disse que foi colocada na «cadeira do dragão» quando esteve detida.

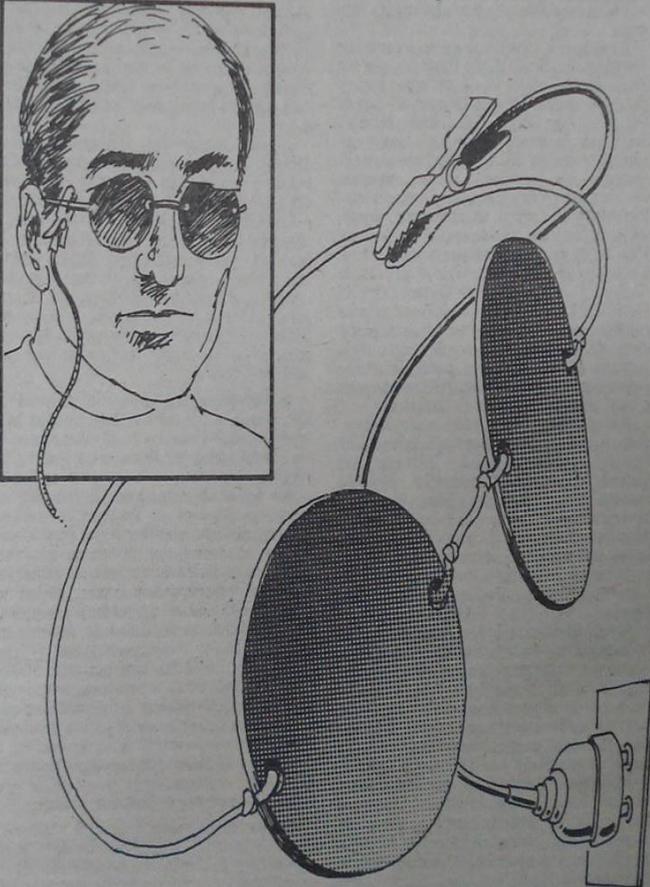
### Todos «Comunistas»

Todos os presos eram invariavelmente acusados de «comunistas». Para isso, bastava ser diretor de alguma associação existente ou até mesmo ter frequentado festas de aniversário ou uma festa qualquer, declararam um oficial. Relataram ainda que faziam outras reuniões em que se discutia a situação da polícia no país. «Nós não concordávamos com aqueles métodos de repressão porque a coisa tinha ficado muito violenta mesmo. Então a gente se reunia e discutia também essas questões. Cada reunião dessas eles viam como subversão e diziam que éramos todos comunistas.»

Se Teotônio Vilela já estava espantado diante daquelas revelações, ficou surpreso, quando um dos oficiais explicou em detalhes as torturas que haviam sofrido. O senador não se conteve e comentou que «se eu contar para as pessoas na rua elas dirão que é imaginação, pois ninguém vai acreditar».

### «Bola de fogo» e «Perereca»: Patentes Nacionais

Quem acompanha as denúncias dos métodos adotados pela polícia para obter informações nos interrogatórios, já ouviu falar em «pau-de-arara», «cadeira do dragão» e tantas outras, pelas quais também passaram esses militares. A novidade, porém, foi a descrição dos novos aparelhos: «bola de fogo» — uma bola de metal ligada na energia elétrica, que vai aquecendo e o torturado é obrigado a segurá-la com as mãos, e a «perereca», constituída de duas chapas redondas de metal que são colocadas sobre os olhos do preso e ajustadas por um fio que circunda toda a cabeça, como se fosse um tapa-olho. Essas chapas são ligadas numa corrente elétrica. Cada descarga que a gente recebe, diretamente nos olhos, provoca uma explosão dentro da cabeça da gente, um clarão sem barulho. Parece que arrebenta tudo lá por dentro. Depois eles te levantam e soltam. Você não consegue se equilibrar. Fica completamente tonto, trombando nas paredes, cai no chão. Fica sem controle por um bom tempo. Quando eles vieram com aquele aparelho (a «perereca») um deles me falou com ironia que estavam testando ainda e, que se fosse aprovado eles iam patentear e exportar». Depoimento de um ex-sargento). Durante uma hora, o senador ouviu esses depoimentos e, ao final, fez um breve comentário: «Cada vez que eu acabo de ouvir um relato de presos e outras denúncias, eu chego à conclusão que foi uma brutalidade que se cometeu contra a nação, contra o país. Como senador da República, quero humildemente pedir perdão, porque todos nós somos responsáveis.» (Paulo Mariz)



## Texto 2

### **Carta dos que ficam**

Um dos presos libertado entregou à imprensa uma carta aberta dos presos políticos do Barro Branco - que não foram atingidos pela anistia. Nela, eles saúdam os presos libertados, afirmando que eles irão reforçar "a jornada apreendida pelos trabalhadores, entidades, democratas, a Igreja, muitos parlamentares e personalidades liberais; na luta pela democracia" e afirmam que *"há quinze anos a Nação está assediada e sufocada, no rastro do arbítrio, violência e sangue deixados pelos sucessivos governos militares. Não seremos as únicas vítimas a serem excluídas da anistia. E a estes milhares de brasileiros estamos solidários. De nossa parte a situação de reféns da ditadura não nos intimida e confiamos na força do movimento popular responsável pela vitória parcial representada por esta anistia e que com sabedoria e denodo, brevemente conquistará a anistia ampla, geral e irrestrita, para a democracia do País"*.

(OS ANISTIADOS já estão livres, *Folha de São Paulo*, sexta-feira, 31 ago. 1979. Apesp. 06/051).

### **Refletindo**

Após a leitura do texto 1 e do texto 2, imagine-se um preso político após a decretação da Lei da Anistia "parcial e restrita" aprovada pelo governo militar no ano de 1979 e escreva uma carta direcionada a veículo de informação (jornal, revista, etc).